

Lucas Cavini Leonardi

# JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL

Acordo de Não Persecução Penal,  
*Plea Bargaining* e Limites à Negociação  
Penal no Brasil

---

***Prefácio:*** Adalberto Xisto Pereira

***Apresentação:*** João Gualberto Garcez Ramos

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

# Sumário

|                                                                                             |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                     | <b>1</b> |
| <b>1 Ministério Público e Justiça Negociada .....</b>                                       | <b>3</b> |
| 1.1 Regime Jurídico do Ministério Público .....                                             | 3        |
| 1.2 Princípios Institucionais do Ministério Público .....                                   | 9        |
| 1.3 O Ministério Público no Processo Penal .....                                            | 13       |
| 1.4 Modelos de Solução do Caso Penal:<br>Justiça Negociada e Justiça Conflitiva .....       | 19       |
| 1.5 Princípio da Obrigatoriedade e Princípio da<br>Oportunidade da Ação Penal Pública ..... | 26       |
| 1.6 Justiça Negociada: Críticas e Fundamentos .....                                         | 37       |
| 1.7 Processo Penal Negocial e Sistemas Processuais .....                                    | 48       |
| 1.8 Evolução da Justiça Negociada no Brasil .....                                           | 56       |
| 1.8.1 Modalidades de Acordo no Sistema<br>de Justiça Criminal Brasileiro .....              | 61       |
| 1.8.1.1 Composição Civil .....                                                              | 62       |
| 1.8.1.2 Transação Penal .....                                                               | 63       |
| 1.8.1.3 Suspensão Condicional do Processo .....                                             | 65       |
| 1.8.1.4 Colaboração Premiada .....                                                          | 67       |
| 1.8.1.5 Acordo de Não Persecução Penal .....                                                | 70       |

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>2 Acordo de Não Persecução Penal .....</b>                                                   | <b>71</b> |
| 2.1 Surgimento do Acordo de Não Persecução Penal .....                                          | 72        |
| 2.2 Acordo de Não Persecução Penal: Natureza Jurídica,<br>Fundamentos e Abrangência.....        | 77        |
| 2.3 Requisitos do Acordo de Não Persecução Penal .....                                          | 86        |
| 2.3.1 Não Ser o Caso de Arquivamento – Base Factual<br>Mínima para a Celebração do Acordo ..... | 87        |
| 2.3.2 Confissão Formal e Circunstanciada .....                                                  | 89        |
| 2.3.3 Infração Penal Não Cometida com<br>Violência ou Grave Ameaça.....                         | 99        |
| 2.3.4 Pena Mínima Inferior a Quatro Anos .....                                                  | 102       |
| 2.3.5 Necessidade e suficiência para a reprovação<br>e prevenção do crime .....                 | 105       |
| 2.4 Requisitos Negativos (Vedações ao Acordo<br>de Não Persecução Penal) .....                  | 107       |
| 2.5 Condições do Acordo de Não Persecução Penal.....                                            | 112       |
| 2.6 Procedimento do Acordo de Não Persecução Penal.....                                         | 120       |
| 2.6.1 Proposta .....                                                                            | 120       |
| 2.6.2 Negociação .....                                                                          | 123       |
| 2.6.3 Homologação Judicial.....                                                                 | 125       |
| 2.6.4 Execução .....                                                                            | 130       |
| Excurso: Acordo de Não Persecução Penal e <i>Plea Bargaining</i> .....                          | 133       |

|                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>3 Limites à Justiça Consensual no Brasil: O Não Cabimento do Acordo de Não Persecução Penal para Crimes Hediondos.....</b> | <b>147</b> |
| 3.1 ANPP e o Poder Discrecional do Ministério Público.....                                                                    | 147        |
| 3.2 Dever de Uniformização.....                                                                                               | 153        |
| 3.3 Dever de Motivação da Decisão Ministerial.....                                                                            | 157        |
| 3.4 Recusa Ministerial e Recurso Administrativo.....                                                                          | 161        |
| 3.5 A Vedação da Proteção Deficiente<br>e a Obrigação de Tutela Penal Eficaz .....                                            | 166        |
| 3.6 Mandados Constitucionais de Criminalização .....                                                                          | 174        |
| 3.7 Não Cabimento do Acordo de Não Persecução Penal<br>para Crimes Hediondos e Assemelhados .....                             | 179        |
| 3.7.1 Crimes Hediondos: Previsão Constitucional e Legal.....                                                                  | 182        |
| 3.7.2 A Incompatibilidade entre ANPP e Crimes Hediondos .....                                                                 | <b>192</b> |
| 3.7.3 Crimes Hediondos em Espécie e ANPP .....                                                                                | 204        |
| 3.8 Controle do ANPP Oferecido para Crimes Hediondos .....                                                                    | 210        |
| <b>Conclusão .....</b>                                                                                                        | <b>215</b> |
| <b>Referências.....</b>                                                                                                       | <b>217</b> |